



***SAÚDE MENTAL E VIVÊNCIAS FORA DOS BINARISMOS DE GÊNERO
ENTRE JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO***

***SALUD MENTAL Y VIVENCIAS FUERA DE LOS BINARISMOS DE
GÉNERO ENTRE JÓVENES ESTUDIANTES DE GRADO***

***MENTAL HEALTH AND EXPERIENCES OUTSIDE OF GENDER
BINARIES AMONG UNDERGRADUATE YOUTH***

*Victor Pereira de Souza*¹

*Taís Bleicher*²

*Breno de Castro Diniz*³

RESUMO

O estudo explora vivências fora dos binarismos entre graduandos, dentro e fora do ambiente universitário, junto a dimensões subjetivas acerca de suas construções identitárias, como determinantes de saúde mental. Partindo de perspectivas *queer*-psicanalíticas, fez-se uso de entrevistas informadas pelo método FANI, analisadas com base em teorias objeto-relacionais. Justificou-se o recorte populacional pela vulnerabilidade psicossocial de jovens estudantes minoritários e da população trans e não-binária em geral. Obteve-se que, em geral, as universidades são ambientes seguros para a exploração dessas identidades, comparadas aos demais. O encontro de uma comunidade aceitadora promoveu melhoras na relação com a própria identidade, reduzindo ansiedades internalizadas. Foram relatados episódios positivos e negativos com as políticas inclusivas, mas em geral se sentiram contemplados pelas existentes. O estudo contribui para a formulação de novas políticas inclusivas e amplia a literatura nas áreas da saúde mental, educação, diversidade e psicanálise.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero Não-binário. Psicanálise. Saúde Mental. Ensino Superior.

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos.

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Gestão da Clínica, ambos na Universidade de Federal de São Carlos.

³ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos.

RESUMEN

El estudio explora vivencias fuera de los binarismos en estudiantes de grado, dentro y fuera del ambiente universitario, así como dimensiones subjetivas acerca de sus construcciones identitarias, como determinantes de salud mental. Partiendo de perspectivas *queer*-psicoanalíticas objeto-relacionales, se han empleado entrevistas con el método FANI. La selección poblacional se justificó por su situación de vulnerabilidad psicosocial. Se encontró que las universidades son ambientes seguros para explorar estas identidades en comparación con otros contextos. La presencia de una comunidad aceptadora llevó a mejoras en la relación de los individuos con su propia identidad, reduciendo ansiedades internalizadas. Se informaron episodios positivos y negativos con las políticas inclusivas, pero en general, los participantes se sintieron respaldados por las políticas existentes. El estudio contribuye al desarrollo de nuevas políticas inclusivas y amplía la literatura en las áreas de salud mental, educación, diversidad y psicoanálisis.

PALABRAS-CLAVE: Género No-binario. Psicoanálisis. Salud Mental. Educación Superior.

ABSTRACT

The study explores undergraduates' experiences outside of gender binaries, within and outside of academic settings, along with subjective aspects regarding their identities, as determinant factors on mental health. Drawing on queer-psychoanalytic perspectives, FANI-informed interviews were employed, analyzed through object-relational frameworks. The study's focus was justified by statistics indicating psychosocial vulnerability in minority students and gender diverse in general. Altogether, universities were perceived as being safe environments for exploring these identities, compared to others. Finding community fostered bettering relations with one's self-identity, reducing internalized anxieties. Positive and negative experiences dealing with inclusive policies were reported, but students felt overall contemplated by the existing ones. The study contributes to the development of new inclusive policies and expands the literature on mental health, education, diversity and psychoanalysis.

KEYWORDS: Non-binary Gender; Psychoanalysis; Mental Health; Higher Education.

* * *

Introdução

A Atenção Psicossocial, conforme Bleicher (2021), é um marco de referência que une experiências, teorias e práticas diversas, com princípios comuns. Nele, a saúde mental, entendida como um estado, não é reduzida a um único determinante – o biológico. Busca-se, ao invés, compreender o sujeito integralmente, considerando determinantes sociais, culturais, econômicos, e diversos outros, para a compreensão tanto do que se considera um bom estado de saúde mental, quanto do sofrimento psíquico. Possuem relevância, portanto, as condições protetivas ou de vulnerabilidade para o sofrimento.

A investigação da saúde mental entre estudantes tem sido tópico de significativo interesse, como um preditor importante da permanência/evasão estudantil e também do desempenho e sucesso acadêmico. Sabe-se que o ambiente universitário é altamente

estressor (Cerchiari; Caetano; Faccenda, 2005; Graner; Cerqueira, 2019; Melo *et al.*, 2021; Silva, 2021; Sousa, 2021; Lopes *et al.*, 2022), em parte devido a fatores próprios do âmbito estudantil e científico, relacionados à pressão do desempenho acadêmico, mas também por fatores sociais e econômicos, como o ingresso em um novo círculo social, não raro envolvendo mudança de cidade, e o sustento durante o período de estudos, seja pelas mensalidades, no caso de instituições privadas, seja pelos gastos cotidianos.

A literatura aponta prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC)⁴ acima da média da população geral nesse grupo (Graner; Cerqueira, 2019; Lopes *et al.*, 2022), encontrando índices entre 18,5% e 55,3% quanto à porcentagem de participantes afetados por esses transtornos, com a maioria dos resultados pertencentes ao segundo tercil, entre 33,3% e 66,7%. Encontra-se que variáveis como gênero, raça, renda, suporte social e acadêmico estão correlacionadas a maiores taxas desses transtornos (Graner; Cerqueira, 2019; Silva, 2021; Lopes *et al.*, 2022), configurando vulnerabilidades psicossociais importantes de serem consideradas na investigação.

Mesmo que as Instituições de Ensino Superior (IES) representem um dos espaços mais inclusivos no cotidiano de pessoas LGBTQIAPN⁵, nos quais muitos se sentem mais confortáveis para explorar suas identidades longe de lares, conhecidos e familiares que possam julgar suas escolhas (Elder Cerqueira-Santos; Hanna Azevedo; Mozer Ramos, 2020), é na própria população de estudantes LGBTQIAPN+, como apontam Cerqueira-Santos, Azevedo e Ramos (2020), Silva (2021) e Sá e Camêlo (2023) que se encontram os maiores índices de estresse e transtornos mentais no âmbito acadêmico, especialmente pelos estressores associados à sua condição minoritária, que se somam àqueles comuns ao cotidiano estudantil, agravando casos entre pessoas deste grupo.

A literatura brasileira a respeito da população trans⁶ no ensino superior está em ampliação, com produções em sua maioria voltadas para as experiências no ambiente acadêmico, as ações afirmativas e a permanência de maneira geral (Scote, 2017;

⁴ Transtornos Mentais Comuns, segundo Graner e Cerqueira (2019, p. 1328) “são estados mistos de depressão e ansiedade”, marcados por sintomas como “insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas” (*Ibid.*) que não atingem as exigências para serem considerados como transtornos psiquiátricos, mas afetam negativamente a vida das pessoas.

⁵ O acrônimo representa a união de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e pertencentes a outras identidades minoritárias em gênero e sexualidade.

⁶ Seguindo tendências na literatura, optamos por utilizar os termos “população trans”, “pessoas trans”, “comunidade trans” e “transidentidades” como representativos da multiplicidade de dissidências de gênero, em termos da fuga às características que definem uma experiência cisgênero do mundo, isto é, não conformantes à imposição de gênero atuada sobre seus corpos, da coerência entre fenótipo, sexo cromossômico, genital e gonadal e performatividade de gênero. Incluem-se também, portanto, identificações não-binárias.

Castelani, 2018; Oliveira; Silva, 2018; Scote; Garcia, 2020; Silva; Fernandez Vaz, 2020; Iazzetti, 2021; Pante, 2021; Silva, 2023). Com isso, vêm à tona diversos desafios enfrentados nesse ambiente, envolvendo as inúmeras vulnerabilidades às quais essas pessoas estão submetidas, como menor apoio familiar, dificuldades em se sustentar, preconceito no campus, sensação de não-pertencimento, etc. (Oliveira; Silva, 2018; Scote; Garcia, 2020; Silva, 2023).

Como demonstram os levantamentos presentes em Brume Iazzetti (2021), a porcentagem de pessoas trans que acessa o ensino superior no Brasil ainda é baixa, com estatísticas variadas abaixo de 0,8% da totalidade de estudantes, e, em alguns casos, confiabilidade duvidosa nas medições⁷. Os níveis de evasão escolar no ensino fundamental e médio também são alarmantes, especialmente em sua relação com a falta de tratamento digno vivenciado nesses ambientes (Franco; Cicillini, 2016; Fontanari, 2019; Lima, 2020; Silva, 2023). Tendo em mente a educação como um direito, capaz de proporcionar ascensão social e melhores condições de vivência (Costa Neto, 2023), mostra-se necessário ampliar as possibilidades para essa população, dada a situação crítica de vulnerabilidade à qual está sujeita, com altos índices de desemprego e dificuldades no mercado de trabalho, envolvendo subemprego, menor renda média, etc. (Iazzetti, 2021; Silva, 2023), em grande medida relacionados à discriminação sofrida na vida cotidiana (Scote, 2017).

Fausto Scote (2017) e Giannini Silva (2018) corroboram que pessoas trans desejam acessar e concluir o ensino superior, mas se veem dificultadas pelas condições adversas de permanência e aprendizado que se encontram tanto neste ambiente como nos anteriores, configurando não apenas episódios isolados de violência, mas a verdadeira privação silenciosa e sistemática desse direito à quase totalidade de um grupo marginalizado (Charlie Bellow Silva, 2023). Considerando, no entanto, a criação de cursos pré-vestibular populares voltados para pessoas trans (Scote, 2017), assim como a crescente demanda por adesão às cotas trans no ativismo estudantil, já obtidas em onze

⁷ Iazzetti (2021) sinaliza que muitos desses levantamentos estatísticos possuem problemas metodológicos e epistemológicos quanto à coleta, que prejudicam a acurácia dos dados obtidos. A autora traz levantamentos mais confiáveis, como o feito pelo GEMAA, apurando os dados obtidos pela Andifes (2019 *apud* Iazzetti), que aponta porcentagem de 0,3% de estudantes trans nas universidades federais (Portela; Feres Junior, 2021 *apud* Iazzetti, 2021). Ainda assim, como também pontuado pela própria autora, esse levantamento somente apresentava dados sobre homens e mulheres trans, aparentemente excluindo as pessoas não binárias que se encontravam presentes no levantamento anterior da Andifes (*Ibid.*).

IES federais e estaduais, além da implementação em andamento em outras quatro⁸ (Queiroz; Audi, 2024), o panorama nacional prevê mudança e ampliação.

Ainda assim, encontram-se problemas estruturais relevantes a serem discutidos. Dentre aquelas que já aderiram às cotas trans, como noticiado por Danilo Queiroz e Amanda Audi (2024), somente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui políticas para além das cotas, facilitando acesso a bolsas, além de disponibilizar banheiros inclusivos, ouvidoria para receber denúncias, oficinas de capacitação do corpo docente, entre outras ações. Silva (2023) aponta que ações afirmativas como o nome social, presente na maioria das IES estaduais e federais do país (Queiroz; Audi, 2024), e as cotas trans, mesmo que importantes para assegurar o acesso, o respeito e uma vivência minimamente digna no ambiente universitário, não são suficientes para garantir a permanência dessa parcela de estudantes, garantindo a efetivação das propostas de inclusão. Tendo a Atenção Psicossocial como modelo, compreendemos que o ambiente participa significativamente do processo de adoecimento. Portanto, essas fragilidades se traduzem em vulnerabilidade psicossocial elevada.

Embora parte dos estudos supracitados aponte as dificuldades vivenciadas pela população de alunos trans no âmbito da saúde mental, há carência de pesquisas brasileiras quantitativas e qualitativas voltadas especificamente para este aspecto, delineando com precisão os índices de sofrimento psíquico, os principais sintomas e fatores de risco associados. É possível inferir, no entanto, que resultados de pesquisas brasileiras menos específicas sobre saúde mental estudantil com variáveis de minorias de gênero, como Cerqueira-Santos, Azevedo e Ramos (2020) e Emanuela Silva (2021), apliquem-se similarmente, se não em maior grau, mesmo que as pessoas trans não tenham sido propriamente contempladas⁹, em congruência a resultados de pesquisas do exterior (Humphrey, 2018; Goldberg, 2019; Budge; Domínguez Jr.; Goldberg, 2020; Marx; Maffini; Peña, 2022), reiterando tendências e dados mais gerais sobre essa população

⁸ Entre as universidades que já aderiram, estão a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Estão com implementação em andamento a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

⁹ A exemplo de estudos englobando pessoas LGBTQIAPN+ que, respectivamente, ou não contavam com variáveis cis-trans de gênero, ou encontraram número estatisticamente insignificante de participantes desta população para correlações quantitativas, tratando-se de amostragem em um único instituto no campus São Carlos da Universidade de São Paulo (ICMC-USP).

quanto à saúde mental, estresse, ansiedade, depressão, tentativas de suicídio, etc. (Fontanari, 2019; Sá; Camêlo, 2023). Torna-se necessário, portanto, ampliar a literatura, possibilitando atuação mais eficaz e informada na oferta de serviços voltados a ela (Bleicher; Oliveira, 2016; Melo *et al.*, 2021; Sousa, 2021; Costa Neto, 2023).

Dentro dos estudos sobre população trans, seguindo tendências no ativismo e nos movimentos sociais dos últimos 10 anos, a inclusão de pessoas não binárias e a consideração e o reconhecimento acerca das vivências fora dos binarismos estão em expansão. A não-binariedade, enquanto termo guarda-chuva, agrupa diversas (des)identificações que transcendem o binarismo de gênero, engendrado nas categorias masculinas e femininas como opostas e mutuamente excludentes. Baseado nas definições de Christina Richards *et al.* (2016), estão inclusas: (1) pessoas que se identificam predominantemente, porém não exclusivamente, com um dos gêneros binários; (2) pessoas que se identificam com ambos, ou todos os gêneros; (3) pessoas que não se identificam com nenhum gênero; (4) pessoas que se identificam com um terceiro gênero, senão o masculino e feminino; (5) pessoas que apresentam fluidez de gênero, específica ou não entre as diversas categorias; (6) pessoas que se identificam com um gênero intermediário, ou neutro, e até mesmo (7) pessoas que buscam romper essa dicotomia binária ao questionar a própria existência e veracidade do gênero como conceito.

Sara Merlini (2023) aponta que a lógica de autonegação é comum entre as identidades não-binárias, devido à perspectiva do gênero como singular à experiência de cada pessoa, o que se reflete nos termos escolhidos para sua representação. São associados diversos nomes (tipicamente referidos por rótulos, como agênero, pangênero, andrógino, gênero-fluido, entre outros) a essas identidades, também incluindo reapropriações de termos previamente pejorativos, como travesti ou *queer*¹⁰. A escolha e o uso deste(s) (ou não)¹¹ está intimamente relacionada à vivência pessoal e à subjetividade de cada um, à autocompreensão e à consonância com os significados associados a esses termos (*Ibid.*).

¹⁰ A utilização do termo *queer* há muito tem sido debatida na literatura brasileira e latina, questionando a importação higienizada de um termo de pouco significado fora de seu idioma original, ao ponto que muitas pessoas não o incluem ao escrever sigla LGBT ampliada nesses contextos, trazendo-a como LGBTIAPN+. Partindo de uma perspectiva descritiva, o presente estudo não pretende debater a validade do uso (ou não) do termo, mas sim as vivências individuais, em termos do conforto e da consonância com essas nomenclaturas utilizadas enquanto descritores autodeterminados de suas experiências, considerando-os como elementos significativos para essas identificações.

¹¹ É importante ressaltar que pessoas pertencentes a certas identidades agrupadas sob o termo das “não-binariedades” por vezes recusam essa nomenclatura. Em especial, aquelas de organização político-discursiva anteriores e/ou distintas da não-binariedade, a exemplo de travestis ou pessoas gênero-fluido. Por conta disso, para estratégias e critérios de recrutamento, o estudo preferiu denominar como fora dos binarismos de gênero qualquer identidade que se considerasse como tal, isto é, da dicotomia estrita entre

Grande parte das nomenclaturas e definições das diferentes classes de dissidência possuem sobreposição entre experiências e identificações comuns (Merlini, 2023), e simplificá-las ou distingui-las hermeticamente pode ser prejudicial para a experiência geral das populações que se identificam dessa maneira, especialmente quanto à elaboração de estudos e políticas públicas pouco conectadas à amplitude de suas vivências. É necessário apontar que a não-binariedade engloba tanto pessoas que sentem disforia de gênero¹² como pessoas que não a sentem (Galupo; Pulice-Farrow; Pehl, 2021), pessoas que desejam realizar alterações corporais, assim como pessoas que não desejam realizá-las, seja porque se sentem confortável com o próprio corpo ou por qualquer outro motivo, mesmo que não se sintam. Essa variedade implica a existência de realidades mais próximas e outras mais distantes à compreensão médica da transexualidade (APA, 2013) e precisa ser contemplada para uma atenção em saúde eficaz e comprometida.

Consistentemente os saberes médico-psiquiátricos e psicológicos produziram arbitrariedades prejudiciais quanto a seus objetos de estudo, construindo normatividades de experiências (Butler, 2003; Foucault, 2017; Preciado, 2022), mesmo em termos nosológicos (Canguilhem, 2011; Bento, 2021) e epidemiológicos (Pelúcio, 2022; Preciado, 2023), extensamente apontados e discutidos na literatura sobre Filosofia e Ciências Humanas em sua relação com as dissidências de gênero. É necessário que, ao buscar incluir e estudar as vivências de pessoas trans, principalmente em uma perspectiva de saúde ampliada, estejamos abertos a reconhecer esses aspectos e questionar também os pressupostos trazidos, desnaturalizando as concepções prévias e trazendo voz e agência aos próprios objetos, invertendo a perspectiva do saber.

Em conformidade com as transformações socioculturais da virada do século atual e as críticas teórico-acadêmicas presentes nos estudos de gênero, feministas e *queer* (Butler, 2003; Preciado, 2022), diversos movimentos dentro da Psicanálise têm questionado postulações anteriormente feitas em relação às questões de gênero: seja pelo rigor binarista e cis-heteronormativo assumido nos processos constitutivos do sujeito (Arán; Peixoto Júnior, 2007; Ayouch, 2019; Maniglia; Porchat, 2024); seja pelos ataques e atuações antagonizando pacientes (Bulamah; Kupermann, 2016; Hansbury, 2017).

totalidades masculinas ou femininas, garantindo aos participantes o respeito às suas identidades e a confirmação voluntária de sua participação de acordo com suas próprias concepções.

¹² Disforia de gênero é um sintoma psíquico relacionado ao desconforto com características corporais, gestuais e sociais associadas ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (APA, 2013).

Empreendimentos transformativos dentro da Psicanálise também têm sido realizados, buscando contornar ou reformar aspectos problemáticos da teoria para ouvir, acolher e compreender diferentes formas de subjetivação que não estejam inscritas à cis-heteronorma, sem os preconceitos de outrora (Hansbury, 2005, 2011; Arán; Peixoto Júnior, 2007; Ayouch, 2019; Maniglia; Porchat, 2024; Midlej; Guimarães, 2024). Nesse aspecto, conforme Patricia Porchat, Beatriz Santos (2021), Lucas Bulamah e Daniel Kupermann (2016), destaca-se a importância da obra de Griffin Hansbury em expandir a literatura sobre a clínica de pessoas trans com certo pioneirismo perspectivo, como homem trans e psicanalista clínico atuante há mais de duas décadas, tratando de questões relevantes à experiência trans no ambiente clínico em ambos os papéis da díade analítica (Hansbury, 2005, 2011, 2017).

Conforme indicado por esses autores, precavendo-se das armadilhas transferenciais e contratransferenciais, a Psicanálise pode se configurar como um método promissor de investigação e acolhimento de subjetividades fora dos binarismos cisonormativos. Isso se demonstra especialmente válido ao partir de uma perspectiva objeto-relacional, trabalhando autores como Winnicott (*Id.*, 2011, 2017) e Klein (*Id.*, 2005, 2011). Ambos possibilitam compreender aspectos importantes da construção do sujeito sem necessariamente cair nos moldes problemáticos de outrora. Não significa assumir que suas teorias sejam isentas de noções datadas. Apenas que seu enquadramento teórico descentraliza as normatividades binaristas da identificação sexual na produção discursiva e sintomatológica de freudianismos e lacanismos ortodoxos, permitindo uma escuta menos enviesada sem perder o rigor analítico na escuta ao inconsciente, e também sem necessitar grandes adaptações teóricas.

O presente estudo almejou, portanto, utilizar um enquadramento psicanalítico para compreender algumas dimensões das experiências de pessoas que se identificassem fora dos binarismos de gênero durante o período graduação, objetivando apreender, a partir de suas narrativas e vivências, aspectos positivos e negativos contextuais em sua relação à saúde mental: como foi, resumidamente, seu percurso, desde a infância e adolescência até o presente momento, na construção dessa identidade? Como os processos psicossociais relacionados a ela impactam seu bem-estar? Há importância do ambiente universitário na construção, exploração e aceitação dela? Sentem-se contemplados com as políticas inclusivas e conseguem acesso a direitos básicos a sua vivência? Esses elementos interferem em processos psíquicos, positivos ou negativos, relacionados à saúde mental?

Referencial Teórico

O estudo parte majoritariamente de um referencial psicanalítico kleiniano, baseado nos apontamentos de Hansbury (2005, 2011) e na Atenção Psicossocial (Bleicher, 2021). Nessa perspectiva, informada pela atenção de Melanie Klein à primeira infância e suas ansiedades características, são propostas duas posições defensivas importantes para o funcionamento psíquico: as posições esquizo-paranóide e depressiva, entre as quais intercambiamos dinamicamente mesmo na vida adulta, conforme a natureza e intensidade das ansiedades vivenciadas. A primeira é caracterizada como um funcionamento infantil primitivo, marcado por forte ação dos mecanismos de clivagem e da ansiedade persecutória. Nela, as relações se dão principalmente com objetos parciais e clivados, espelhando a relação com o primeiro objeto: o seio (Klein, 1946/1984c). Para proteger a experiência positiva do seio, importante como ponto focal para organização do ego, de contaminação pelas inevitáveis frustrações, vivenciadas intensamente na psique infantil, há necessidade de clivá-lo em dois: um ideal, que nutre e acalenta, associado à pulsão de vida, e um persecutório, que ativamente frustra e ataca, associado à pulsão de morte.

A regressão posterior a esse estado se deve principalmente à sua simplicidade maniqueísta, que permite, pelas clivagens, o controle das ansiedades na separação e diferenciação dos objetos, mantendo com eles relações de identificação/idealização e ataque/defesa, ambas realizadas por atuação conjunta dos mecanismos de introjeção e projeção (*Ibid.*). É necessário apontar que toda clivagem no objeto envolve, também, uma clivagem correspondente no ego, trazendo consequências importantes (*Id.*, 1946/1984c). Como a ação desse mecanismo é proporcional às ansiedades vivenciadas, visando torná-las manejáveis, é natural que em situações de ameaça extrema o ego se encontre empobrecido pelo uso excessivo dele (*Ibid.*), removendo de cena ambos o alvo da ansiedade e a parte ansiosa que se dirige a ele, mas resultando em um *self* empobrecido, pela perda. Ressalta-se o caráter adaptativo desse mecanismo, buscando, em momentos de grande ameaça ao *self*, defender-se da experiência de desintegração iminente causada pelas ansiedades persecutórias (*Ibid.*), apostando na sobrevivência à adversidade e na posterior integração do ego, conforme sua tendência natural, inerente ao desenvolvimento (Winnicott, 1945 *apud* Klein, 1946/1984c).

Com a progressão das experiências do bebê frente a essa tendência à integração e os avanços em seu desenvolvimento físico, psíquico e social, os objetos, antes parciais, se integram em um objeto inteiro. A prevalência de suas experiências boas sobre as ruins

permite que as ansiedades orais, anais e uretrais percam intensidade, a necessidade das clivagens diminui e o bebê passa a entender que o objeto mau atacado era o mesmo objeto amado (*Ibid.*). A ansiedade persecutória e os mecanismos de projeção e introjeção dão lugar, então, à ansiedade depressiva: devido à sensação de onipotência, ainda presente, o bebê acredita ter destruído o objeto amado com os seus ataques em fantasia (*Id.*, 1940/1984b), e busca repará-lo e manter suas boas condições (*Id.*, 1937/1984a), percebendo-o como condição de sua própria vida, dependente dele. Configura-se a posição depressiva. Com a persistência do objeto real frente aos repetidos ataques em fantasia, refutando suas ansiedades, o objeto interno bom é solidificado e a crença em sua bondade é fortalecida, possibilitando o desenvolvimento de relações objetais mais saudáveis e menos ansiosas consigo e com os outros (*Id.*, 1940/1984b).

Um exemplo de utilização dessa perspectiva, tal como explorado por Hansbury (2011), é de que, como reflexo da estrutura patriarcal de nossa sociedade, é comum encontrar em pessoas trans uma forte ambivalência à masculinidade entre aqueles que buscam apresentar elementos associados ao masculino, considerando serem vítimas da opressão associada à manutenção do estatuto do patriarcado. Essa ambivalência se traduz em ansiedades provenientes da identificação com noções tradicionalmente associadas à masculinidade tidas como negativas, a exemplo da raiva, violência, egoísmo, misoginia, etc., de maneiras que podem afetar o participante frente às incoerências e contradições aos elementos positivos representados por sua “nova” identidade.

Em termos kleinianos, a identificação excessiva com o objeto persecutório pode dificultar a experiência do *self* como boa (Klein, 1940/1984b), prejudicando as relações objetais desenvolvidas e trazendo sentimentos de luto (*Ibid.*) e culpa excessiva (*Id.*, 1937/1984a, 1948/1984d). Nesses casos, a capacidade destrutiva do *self* é potencializada em fantasia, implicando possíveis tendências excessivas à clivagem do ego, à reparação compulsiva ou à negação dos danos causados por meio das defesas maníacas (*Id.*, 1940/1984b). A prevalência de experiências positivas com a identidade e a (re)introjeção de aspectos relacionados a ela tidos como bons podem transformar essa relação (*Ibid.*), implicando desfechos positivos na relação consigo próprio e com os outros.

Também foram incluídas perspectivas winnicottianas sobre o verdadeiro e o falso *self*, para ampliar o número de conteúdos acessáveis e analisáveis com a entrevista, contemplando também experiências ambientais, positivas e negativas, importantes para a constituição e a expressão do *self* (Winnicott, 1960/1983). Por meio dela, foi possível explorar como as relações ambientais influenciaram a estruturação de suas identidades,

observando a utilização ou não de máscaras apaziguadoras às violências, e quais foram os efeitos decorrentes dessas relações nos processos psíquicos, enquanto relacionados intimamente à autopercepção e autoestima, e, portanto, à saúde mental.

Como apresentado anteriormente, essa investigação se fez à luz das críticas dos estudos feministas e *queer* sobre a pretensão normatizadora da Psicanálise, especialmente em relação às transidentidades (Preciado, 2022), evitando tecer julgamentos ou patologizar o discurso dos participantes. Buscou-se também articular, quando pertinente, elementos dessas teorias para efeitos de análise, quando não bem contemplada pela Psicanálise, para a descrição de dinâmicas e aspectos socioculturais relacionados às vivências dos participantes.

Metodologia

Considerando o objetivo de explorar as profundidades subjetivas das vivências dos participantes, propôs-se um desenho qualitativo para a pesquisa. Foram utilizadas entrevistas narrativas psicanaliticamente informadas, baseadas no método *Free Association Narrative Interview* (FANI) (Hollway; Jefferson, 2008; Hollway, 2009).

A coleta ocorreu em duas etapas (novembro de 2023 e dezembro a janeiro de 2024), inicialmente dispondo de um formulário na plataforma Google Forms para coletar dados gerais dos participantes convidados a voluntariamente participar da pesquisa, como idade, raça, o gênero autoidentificado, os pronomes de preferência, a IES com qual possuía vínculo, o curso e dados sociodemográficos e econômicos, além dos meios de contato para agendamento das entrevistas virtuais, referentes à segunda etapa.

A amostragem foi realizada por conveniência, divulgando em redes sociais (Instagram e X, antigo Twitter) imagem e texto convidando à participação voluntária na pesquisa, com *link* e QR Code redirecionando ao formulário de inscrição. Este permaneceu aberto até que o número estipulado de participantes fosse ultrapassado com uma margem excedente de 3 respostas, prevendo descontinuações na participação. O formulário recebeu 11 respostas, e, conforme esperado, 3 pessoas não responderam ao contato a tempo da coleta da segunda etapa, sendo, portanto, excluídas do estudo.

A pequena amostragem se deu para garantir, dentro das possibilidades, a qualidade da exploração com enfoque na realidade subjetiva dos participantes, investigando suas percepções sobre os aspectos que consideravam relevantes trazerem à discussão. Entende-se que a realidade social se apresenta qualitativamente como um vivido absoluto (Minayo; Sanches, 1993), que não pode ser generalizável. Portanto, a

descrição quantitativa dos dados obtidos não possui pretensão de análise estatística elaborada ou generalização, sendo utilizada apenas como caracterização amostral, para trazer breve perspectiva sobre as realidades sociais dos participantes amostrados e indicar os recortes de vivência que os localizavam enquanto sujeitos.

As entrevistas foram realizadas individualmente, por meio da plataforma Google Meet, e fez-se uso de dois roteiros: o primeiro, composto por 9 questões, explorava eventos e situações, positivos e negativos, ligados à construção, relação subjetiva e autopercepção de sua própria identidade, de maneira a compreender as dimensões e nuances pessoais de sua relação consigo mesmo, além de suas experiências na graduação relativas à sua identidade, das sensações de acolhimento e ameaça associadas a esse ambiente. O segundo, composto por 6 questões, trabalhava relações pessoais, explorando também situações e eventos relacionados a figuras de referência, tanto prévias como posteriores à identificação fora dos binarismos de gênero.

As entrevistas foram gravadas utilizando ferramenta própria da plataforma, retiradas da nuvem e transcritas na íntegra, com rubricas para capturar também aspectos não-verbais da comunicação. A análise do material foi realizada utilizando sempre a transcrição em conjunto à gravação, conforme recomendações dos autores (Hollway, 2009). O princípio psicanalítico da atenção flutuante orientou o encontro dos materiais de análise no discurso dos participantes, na visão e revisão dos produtos das entrevistas.

O método FANI apresenta dinâmicas semelhantes às de uma entrevista semiestruturada, propondo a utilização de um roteiro flexível de perguntas, mas construídas especificamente de maneira a eliciar narrativas (Hollway; Jefferson, 2008). A partir da rememoração ativa das experiências na elaboração destas, evidencia-se o dinamismo psíquico, bem como os mecanismos de defesa utilizados no manejo das ansiedades presentes e passadas, manifestos (ou não) nas construções discursivas. Por meio deles, torna-se possível compreender tanto os conteúdos ansiosos como as estruturações defensivas empregadas contra eles, trazendo um panorama ampliado, dentro das possibilidades proporcionadas pelo ambiente de pesquisa, da subjetividade dos participantes, bem como de aspectos relativos à estruturação de seu mundo interno, como atuantes nos processos de saúde e adoecimento, relativos à elaboração (*working-through*) das ansiedades que se apresentam em suas vidas.

Os autores utilizam perspectivas simplificadas da teoria kleiniana, ou ao menos focadas nas defesas projetivas presentes nos participantes como evidências de ansiedades persecutórias (*Id.*, 2001), compreendendo-os como sujeitos defendidos a ansiedades

inerentes à condição humana. O estudo buscou utilizar um repertório maior dentro da teoria proposta por essa autora, incluindo outros aspectos referentes às relações objetivas desenvolvidas em termos dos processos introjetivos e projetivos, assim como as ansiedades depressivas e os mecanismos reparativos utilizados.

Caracterização Amostral

Todos os 8 participantes que responderam às duas etapas da pesquisa eram brasileiros, estudantes de universidades públicas do estado de São Paulo, sendo a maior parte pertencente à grande área das Ciências Humanas (75%). Somente um participante cursava graduação na área das Ciências Exatas e um na área das Artes. Nenhum fazia uso de cotas trans nas instituições em que estavam matriculados. Para garantir o sigilo e a proteção de suas identidades, todos os nomes dos participantes foram alterados para nomes fictícios. Também foram alterados outros elementos que poderiam facilitar sua identificação como pertencentes a determinado curso de uma IES específica. Essas alterações não prejudicam o conteúdo de nenhuma de suas falas, no entanto, para efeitos dos assuntos trabalhados.

A maioria (75%) se identificava como branca, dentre categorias raciais propostas pelo IBGE. Também participaram 1 pessoa preta e 1 pessoa parda. As idades dos participantes encontraram-se no intervalo de 19 a 25 anos ($M=21,5$; $\sigma=2$), com prevalência da faixa dos 20 anos (37,5%). A maior parte (62,5%) declarou ter feito Ensino Fundamental na rede particular; quanto ao Ensino Médio, a maioria (62,5%) declarou tê-lo concluído na rede pública. 62,5% não exercem atividade remunerada e todos contavam com auxílio da família para subsídio financeiro. Quanto à moradia, 50% reside com a família, 37,5% divide moradia com colegas e conhecidos e 12,5% mora sozinho.

A maior parte dos participantes (62,5%) preferiu utilizar o rótulo da não-binariedade para se definir. Uma pessoa identificou-se como gênero-fluido, em adição à não-binariedade (não-binário e gênero-fluido). Outras duas se identificaram como agênero, uma delas pontuando que o fazia “somente quando exigido”, posicionando-se como não-binário nas demais ocasiões, “mais como uma recusa à cisnormatividade”. Uma pessoa declarou-se mais alinhada ao espectro feminino, utilizando o termo *Demigirl* (denotando afinidade maior, ainda que parcial, com aspectos femininos de identificação). Uma pessoa respondeu à questão preferindo não se rotular.

Quanto à orientação afetivo-sexual (preferências quanto ao gênero dos parceiros), houve certa variedade, mas, em geral, estavam inseridas ou adjacentes a identidades

dentro do acrônimo LGBTQIAPN+, ou, ao menos distantes de identificações cis-heteronormativas. Agrupando similares, a maioria (75%) relatou sentir atração ao menos afetiva por mais de um gênero específico (“Bissexual”, “Pansexual”, “Sem preferências de gênero”, “Assexual Bi-romântico”, “Demissexual panromântico”, etc.), considerando as duas identificações ocorridas dentro do espectro da assexualidade (tanto assexuais como demissexuais). Uma pessoa identificou-se como lésbica. Uma relatou gostar de pessoas afeminadas e outra respondeu preferindo não rotular sua orientação.

Certamente, o questionamento e ruptura com a cisheteronorma presente em qualquer identidade fora dos binarismos de gênero implica em uma recusa natural e uma fuga a orientações próximas à heterossexualidade, considerando o “pacote” cis-heteronormativo em que geralmente estão inseridas. Mesmo identificações aparentemente binárias como lésbica podem ser compreendidas, em termos wittigeanos, como subversões ao contrato heterossexual (Wittig, 2022), que, por consequência, implicam dissidências de gênero pela fuga à cis-heteronorma e a ruptura com os papéis de gênero que configuram as categorias “homem” e “mulher” enquanto posições não ontológicas, mas cultural, econômica e socialmente situadas em relações de poder e exploração (*Ibid.*), e que dependem de performatividades inteligíveis e esperadas para serem efetivamente produzidas (Butler, 2003), aspecto reforçado por Ariel:

Eu tinha uma dificuldade grande de me identificar como mulher, e aí, tipo, eu tinha contato com o movimento feminista, e tudo, mas eu não conseguia ter esse tipo de identificação. E aí a identidade sapatão também acabou me ajudando em algum sentido, porque eu acho que tipo... quer dizer, é a-- é que a identidade sapatão permite um espaço que foge ali um pouco da cisgeneridade – Ariel, 22 anos, estudante de Letras.

Relatos e Narrativas das Vivências

Os estudantes em geral consideraram o ambiente universitário de ensino público como seguro para a exploração de identidades fora dos binarismos de gênero, se comparado aos demais ambientes em que estão inseridos. Nele, foram ressaltadas principalmente a liberdade para expressar seu gênero, tanto no quesito estético (roupas, maquiagem, etc.) como relacional, no uso de nome social e pronomes de escolha, sem receber julgamentos ou sofrer violências expressas. Esse fator foi atribuído, em maior parte, à própria comunidade estudantil como um grupo de menor preconceito, que possui

ciência e respeita vivências fora dos binarismos, reiterando as observações de Brazão e Dias (2021), em contraste à sociedade brasileira geral.

Dois participantes cursaram também graduações em universidades particulares e relataram problemáticas em suas vivências nesses ambientes. Ângelo, estudante de Pedagogia de 20 anos, apontou menor abertura da comunidade estudantil dessas instituições às vivências dissidentes de gênero, se sentindo menos à vontade para se expressar e para construir relações com os colegas. Max, estudante de Psicologia de 19 anos, teve dificuldades com a burocracia para uso do nome social e não conseguiu incluí-lo nos sistemas da faculdade, relatando que apenas um ou dois professores faziam questão de chamá-lo assim por conta própria.

Nem todos os participantes faziam uso do nome social, mas os que usavam em geral relataram experiências positivas ao requisitá-los, trazendo apenas demora para a efetivação do pedido, em alguns dos casos. Uma das participantes, Mel, de 25 anos, estudante de Ciências Sociais, relatou problemas com a inclusão de seu nome retificado nos sistemas da universidade, sendo obrigada a utilizar as políticas de nome social a contragosto, pois seu nome de registro havia sido incluído em todos os sistemas, a despeito dos procedimentos legais realizados na alteração dos documentos. Embora uma violação de direitos grave, a literatura aponta que não se trata de um episódio isolado, com situações similares também tendo sido reportadas em Silva (2023). É necessária atenção especial a situações como esta, configurando não apenas desrespeito, mas uma violência institucional direta, contraditória às propostas de inclusão e com efeitos negativos na saúde mental e na sensação de pertencimento estudantil.

Poucos relatos foram feitos a respeito de banheiros inclusivos presentes nos *campi*. Apenas uma participante, Pri, de 24 anos, estudante de Psicologia, comentou sobre banheiros sem designação de gênero em seu campus, que costuma utilizar quando possível. Mel também relatou sobre sua experiência na utilização dos banheiros adaptados na universidade, enquanto pessoa autista e não binária:

Eu uso os banheiros PCD¹³, que são adaptados, justamente pra não ter que ficar... Tipo assim, se eu tô com barba, por exemplo, ficar entrando no banheiro feminino, porque eu sei que as meninas não... Tipo, eu não quero lidar com o fato de alguém poder-- alguém vir a se estressar, ficar ofendida que eu estou no banheiro, sei lá... Não, que eu ligue pra a pessoa ficar ofendida ou não, mas, tipo, não... às vezes você tem tanta coisa na sua graduação pra você fazer que você não quer lidar com mais

¹³ PCD significa Pessoa com Deficiência, e inclui neurodivergências, como o autismo.

um problema, então, tipo, você só quer ir no banheiro. Aí eu vou no... no PCD mesmo. Isso é uma coisa que eu já fazia há muito tempo, inclusive, e... enfim, eu posso fazer isso porque... eu sou PCD – Mel, 25 anos, estudante de Ciências Sociais.

Eminentemente, a maior parte dos relatos evidenciou uma série de ansiedades, tanto manifestas quanto inconscientes. A ansiedade de invalidação perpassa as diversas interações cotidianas, devido à série de violências às quais pessoas trans em geral são expostas, no âmbito das microagressões, assim como das agressões verbais, físicas e psicológicas, que se relacionam intimamente com esse fator de (não) aceitação identitária.

Eu acho que toda pessoa trans passa por isso, por essa ansiedade de falar com outra pessoa e ela acabar falando “Não, mas eu não... não vou usar [seu nome social], porque eu não quero”, sabe? “Porque o seu nome não é esse”, e et cetera. – Alex, 20 anos, estudante de Ciências Sociais.

No âmbito acadêmico, os professores se mostraram as principais figuras às quais essa ansiedade se direcionava, e os estudantes esperavam um certo desconhecimento por parte deles, especialmente quanto ao uso de linguagem neutra¹⁴, além de temerem invalidação ou descredibilização ao comunicá-los. Na maior parte dos relatos não houve experiências negativas recorrentes com eles, se mostrando em geral compreensivos após intervenções pedagógicas dos alunos sobre suas preferências, e inclusive foram citadas experiências acolhedoras, nas quais se mostraram atentos e cientes sem necessitar delas. Dois participantes, no entanto, trouxeram relatos de experiências negativas marcantes:

Pat, estudante de Física, de 22 anos, relatou que um professor de seu departamento explicitamente demonstrou, com certo desdém, sua falta de receptividade à inclusão na primeira aula do semestre, dizendo não se importar com as preferências dos alunos quanto ao nome e suas “letrinhas especiais”, e que iria chamá-los como o nome estivesse na lista de chamada. A participante sentiu-se ofendida e relatou que eventos similares são comuns nos “cursos de Exatas”, embora não se visse tão afetada, por não utilizar nome social e por utilizar pronomes correspondentes à sua leitura social, enquanto *Demigirl*.

Outro participante, Ariel, estudante de Letras, também de 22 anos, trouxe uma ocorrência contínua com um professor que recorrentemente destratava não apenas ele, mas também seus colegas trans, tendo imprimindo a lista de chamada e continuado a

¹⁴ É importante ressaltar que nenhum dos participantes fazia uso exclusivo do gênero neutro como preferência para ser referido, mas um deles relatou se apresentar a professores como preferindo somente pronomes masculinos, antecipando que não soubessem como utilizar corretamente a linguagem neutra.

chamá-los pelo nome morto (tradução de *deadname*, como muitas vezes é chamado o nome de registro), mesmo após a obtenção do nome social no sistema. Ariel indicou ter sofrido impactos pedagógicos negativos, já que se interessava pelo tema lecionado por ele, mas se viu desencorajado a tirar dúvidas na disciplina ou realizar outras atividades posteriormente, sabendo que seria discriminado por seu gênero.

A ansiedade de sofrer violência física ou verbal se mostrou presente nos discursos de diversos participantes, principalmente entre pessoas AMAB¹⁵, trazendo medo do estereótipo presente no imaginário coletivo quanto a sofrerem agressões por não conformarem às normas associadas à masculinidade. Os principais ambientes relacionados a esses medos eram ambientes públicos externos aos *campi* universitários, como o transporte público e os banheiros. O único relato expresso contendo ocasiões de violência física e verbal, no entanto, veio de uma participante AFAB, Pat, que relatou ter sido estapeada durante uma festa, por um garoto que havia beijado que não aceitou sua identidade não-binária e a agrediu em resposta, dizendo ser heterossexual.

Embora a comunidade estudantil tenha sido em geral reconhecida como um grupo de maior ciência e compreensão acerca de particularidades das vivências não-binárias, ainda assim alguns episódios negativos foram relatados. Alex, de 20 anos e estudante de Ciências Sociais, identifica-se como pessoa não-binária e gênero-fluido, e, embora apresente fluidez entre apresentações estilísticas masculinas, femininas e andróginas, prefere ser referido com pronomes masculinos ou neutros. Por conta dessa “incoerência ininteligível” aos olhos da cisnormatividade, relatou que diversos colegas de curso, incluindo pessoas trans, repetidas vezes o referiam no feminino, ainda que soubessem de suas preferências, especialmente quando usava maquiagens e roupas de estilo mais associado ao feminino. O participante nota que demorou para validar seu incômodo nesse aspecto, tendo por muito tempo aceitado essas pequenas violências, deslegitimizando sua própria identidade nesse processo. Considerando a situação de recorrente invalidação vivida, é possível observar movimentos desse tipo como uma internalização das agressões para resistir às violências ambientais, o que aparentou estar presente em diversos relatos.

¹⁵ AMAB significa *Assigned Male at Birth*, compreendendo pessoas designadas masculinas ao nascerem, em termos dos processos de socialização e subjetivação correspondentes. Da mesma forma, AFAB significa *Assigned Female at Birth*, correspondendo às pessoas designadas femininas ao nascerem.

Aspectos Psicanalíticos dos Fenômenos Observados

Na presença de um ambiente recorrentemente inseguro, a experiência do objeto persecutório é potencializada, assim como a sua internalização na fantasia, derivada dos processos introjetivos, implicando maior prevalência de ansiedade persecutória e de estados esquizo-paranoides de organização (Klein, 1946/1984b). Como, nessa teoria, o aspecto moral do superego possui raízes no objeto persecutório introjetado e sua severidade é proporcional à perniciosidade dele (*Id.*, 1948/1984d), certamente pessoas inseridas em contextos violentos à sua construção de subjetividade desenvolvem uma autoagressão de intensidade correspondente.

De certa maneira, a internalização da crítica e a potencialização da autoagressão também permitem que a perversidade das agressões externas seja percebida como comparativamente menor, “acostumando” o indivíduo à violência como estratégia defensiva (*Id.*, 1946/1984b). Esse processo se aproxima da construção de um falso *self*, já que ambos são formações defensivas tomadas pelo ego frente a condições adversas ao seu desenvolvimento, mas que buscam, acima de tudo, a sobrevivência do *self*.

A intenção é sempre adaptativa frente aos desafios do ambiente. A agressão superegoica é um subproduto indesejado, porém visto como o único caminho para que o ego antecipe e se prepare contra futuros ataques. Nitidamente, traz consigo uma série de perigos para o próprio indivíduo que busca proteger, já que, tentando escapar da aniquilação, castiga a si próprio e precisamente distancia-se da satisfação em vivenciar a plenitude de suas identificações, associada como a própria causa dos ataques.

A expectativa de agressão é generalizada para situações que remetam a experiências traumáticas, retroalimentando a ansiedade persecutória, como se observa nos relatos de ansiedades na relação com os docentes e nos ambientes externos. Não significa assumir que essas ansiedades sejam infundadas ou inválidas – dados os exemplos de violência presentes na mídia, como os casos Dandara e Matheusa, além daqueles vivenciados e relatados pelos próprios participantes –, apenas que a modalidade de ansiedade, compreensivelmente excessiva, em decorrência de um ambiente adoecedor, demonstra-se mais ligada à ameaça de perseguição do *self*, o que impacta negativamente a saúde mental, dificultando a sua elaboração.

Conjuntamente, o aspecto ego-ideal do superego possui íntima relação com a introjeção das figuras de referência, inicialmente representadas pelos cuidadores (*Id.*, 1948/1984d). Esse ideal é profundamente gendricado, marcado pelos papéis de gênero exercidos por essas figuras e pela expectativa de performar adequadamente o gênero

atribuído ao nascimento, e é explicativo do sentimento de inadequação vivenciado por parte significativa dos participantes, sobretudo pela oferta reduzida de figuras que representem dissidências de gênero durante a infância, minada em vista de “ensinar o correto” às crianças: nomeadamente, a cis-heteronorma. A presença de figuras alternativas permitiu transformações importantes, abrindo possibilidades de existência e expressão. Parte significativa dessas figuras citadas como inspiração eram provenientes de relações parassociais com influenciadores digitais, ou figuras ficcionais, como personagens de obras artísticas, reiterando a distância e o isolamento vivenciados.

Menos figuras próximas foram citadas diretamente como inspirações, trazidas, ao invés, como figuras de suporte na exploração da identidade. Ainda assim, demonstra-se que a busca por condições ideais para o florescimento do verdadeiro *self* se manteve presente, conforme Winnicott (1960/1983): o encontro de um ambiente social aceitador foi ressaltado como fator significativo para a aceitação de suas identidades, e, conseqüentemente, melhoras na relação consigo próprios, também reiterando achados de Silva (2023). Amigos e parceiros íntimos foram relatados como figuras muito relevantes nesse processo, especialmente se também pertencentes à comunidade trans, trazendo para a relação um cuidado mútuo característico de relações depressivas, com reconhecimento da dependência, cuidado e interações reparativas, que aumentavam a segurança no objeto bom internalizado e, em consequência, na própria identidade.

Mesmo que figuras familiares e parentais tenham sido em geral identificadas como conflituosas e pouco compreensivas quanto às identidades não-binárias, diversos participantes trouxeram irmãos como figuras de apoio muito importantes dentro do núcleo familiar, reiterando, de certo modo, a concepção comum de um aspecto geracional da compreensão e da aceitação da não-binariedade. A proximidade das vivências foi um fator destacado para o estabelecimento do companheirismo, sendo comumente identificados como pessoas nas quais poderiam contar, mesmo nenhum sendo, eles próprios, parte da comunidade trans.

Considerações Finais

Embora os diversos problemas vivenciados, em geral, as universidades foram compreendidas como ambientes seguros para a exploração das identidades pelos participantes, confirmando a hipótese geral da pesquisa. O intercâmbio cultural e o encontro de uma comunidade aceitadora possibilitados pelo ambiente acadêmico foram levantados como aspectos importantes para a manutenção da saúde mental. A liberdade

para se expressar sem julgamentos foi ressaltada, contribuindo para uma experiência mais agradável com a vivência da própria identidade do que os demais ambientes.

Quanto aos aspectos de saúde mental, evidenciou-se a presença de ansiedade manifesta e latente nos relatos dos participantes, principalmente relacionada à invalidação de suas identidades por professores e pessoas em geral. Embora esperada, houve carência de relatos envolvendo outras sintomatologias. Supõe-se que isso possa se dever tanto à falta de tempo e *rapport*, considerando que a coleta foi realizada em momento síncrono único, salvo o encontro duplo com um dos participantes, por problemas de conexão. Embora as perguntas não investigassem diretamente aspectos e eventos negativos com a própria identidade, formuladas de maneira mais abstrata para estimular a associação livre, trata-se de um aspecto relevante de ser averiguado, que deve ser contemplado em estudos futuros. Contudo, constatou-se de maneira evidente uma migração importante nos sentimentos associados à identidade em muitos casos, transitando de uma identificação insegura, ou marcada por dor e sofrimento, para uma identificação prazerosa, em viver segundo suas vontades, com segurança em suas convicções e ideais.

Também não foram trazidas críticas diretas a lacunas nas políticas presentes, exceto o relato de dificuldades quanto à retificação do nome, embora experiências negativas relacionadas a elas tenham surgido, principalmente envolvendo desrespeito ao nome social e os pronomes de escolha por parte de professores. Sugere-se, em decorrência desses episódios, o enfoque em campanhas de conscientização e capacitação principalmente voltadas à comunidade docente, assim como as realizadas na UFSC, para conhecerem melhor e aprenderem como lidar com esses aspectos dentro de sala de aula, considerando a crescente demanda e adesão por cotas trans nas universidades, assim como no estabelecimento de uma ouvidoria específica para eventos de discriminação, focada no acolhimento das pessoas afetadas.

Entendendo as limitações do presente estudo, propõem-se mais pesquisas junto a esta população, tanto qualitativas como quantitativas, que levem em conta determinantes de vulnerabilidade, como raça, renda e acesso a programas de Assistência Estudantil, em sua relação com a saúde mental.

A maioria dos participantes fazia parte de cursos da grande área das Ciências Humanas, e foi apontado que a atmosfera é, em geral, menos receptiva nos cursos das Ciências Exatas, reiterando achados de Castelani (2018). Faz-se necessário exploração mais profunda e sistemática dessa realidade, tanto das vivências estudantis nessa área como de pesquisas averiguando o preconceito na comunidade docente e discente nela.

Comentários acerca dos banheiros também apareceram menos do que o esperado, considerando a importância da discussão, possivelmente devido à falta de *rapport*, sendo um aspecto intimista de discussão, com certo pudor associado, mas importante de ser explorado em futuros estudos.

Nenhum participante residia na moradia estudantil oferecida pela universidade, de maneira que aspectos específicos sobre as dificuldades de permanência estudantil enfrentadas por essa população não foram contemplados. Recomenda-se, também, a exploração desses aspectos em pesquisas futuras, já que dificuldades na situação de moradia são experiência de parcela significativa da população trans mais vulnerabilizada, e que, infere-se, possuem impactos importantes na permanência estudantil.

Da mesma maneira, como mencionado, nenhum dos participantes fazia uso de cotas trans nas universidades em que estavam matriculados, dado que nenhuma destas, ao momento da coleta, havia efetivamente recebido estudantes nessas modalidades. Também se recomenda estudos longitudinais das experiências de pessoas ingressantes por meio delas, para compreender as dinâmicas de suas vivências na universidade e as necessidades de políticas de permanência adicionais, como tratado anteriormente.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (org.). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5**. 5ª ed. Arlington/VA: American Psychiatric Association, 2013.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. n. 28, p. 129–147, 2007.

AYOUCH, Thamy. **Psicanálise e Hibridez: Gênero, Colonialidade e Subjetivações**. 1ª ed. Curitiba/PR: Calligraphie, 2019. (Corpo, Sexualidade e Tecnologia, v. 3).

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3ª ed. Simões Filho/BA: Editora Devires, 2021.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo/SP, v. 20, p. 543–549, 2016.

BLEICHER, Taís. **O processo saúde-doença mental: perspectivas históricas no Brasil, à luz do contexto internacional**. 1ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2021.

BRAZÃO, José Paulo Gomes; DIAS, Alfrancio Ferreira. O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e

- na Universidade da Madeira. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara/SP, p. 2886–2909, 2021.
- BUDGE, Stephanie L.; DOMÍNGUEZ JR., Sergio; GOLDBERG, Abbie E. Minority stress in nonbinary students in higher education: The role of campus climate and belongingness. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, US, v. 7, n. 2, p. 222–229, 2020.
- BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 5, p. 73–86, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 7ª ed. Barueri/SP: Forense Universitária, 2011.
- CASTELANI, Gisele Aparecida Zutin. **Transgêneras nos Espaços Universitários - as alunas trans**. 2018. 134 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10224>. Acesso em: 31 maio 2024
- CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, Campinas/SP, v. 10, p. 413–420, 2005.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder; AZEVEDO, Hanna Valença Pereira; RAMOS, Mozer de Miranda. Preconceito e Saúde Mental: Estresse de Minoria em Jovens Universitários. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo/RS, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3523>.
- COSTA NETO, Mauricio Cirilo da. **Tonalidades de experiências de dissidentes de sexualidade e de gênero e experimentações do cuidado em saúde mental na atenção psicossocial: cartografia bicha**. 2023. 159 f. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58190>. Acesso em: 25 maio 2024.
- FONTANARI, Anna Martha Vaitses. **Fatores associados a saúde mental de jovens transgêneros e/ou não binários**. 2019. 279 f. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204129>. Acesso em: 26 maio 2024.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro/RJ/São Paulo/SP: Paz & Terra, 2017. v. 1
- FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, p. 122–137, 2016.
- GALUPO, M. Paz; PULICE-FARROW, Lex; PEHL, Emerson. “There Is Nothing to Do About It”: Nonbinary Individuals’ Experience of Gender Dysphoria. **Transgender Health**, Larchmont/NY, v. 6, n. 2, p. 101–110, 2021.

GOLDBERG, Abbie E. Higher educational experiences of trans binary and nonbinary graduate students. *In*: BEEMYN, Genny (org.). **Trans people in higher education**. Albany/NY: Suny Press, 2019. p. 135–158.

GRANER, Karen Mendes; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 24, p. 1327–1346, 2019.

HANSBURY, Griffin. King Kong & Goldilocks: Imagining Transmasculinities Through the Trans–Trans Dyad. **Psychoanalytic Dialogues**, New York/NY, v. 21, n. 2, p. 210–220, 2011.

HANSBURY, Griffin. Mourning the Loss of the Idealized Self: A Transsexual Passage. **Psychoanalytic Social Work**, New York/NY, v. 12, n. 1, p. 19–35, 2005.

HANSBURY, Griffin. Unthinkable Anxieties: Reading Transphobic Countertransferences in a Century of Psychoanalytic Writing. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, Lawrence/KS, v. 4, n. 3–4, p. 384–404, 2017.

HOLLWAY, Wendy. Applying the ‘Experience-Near’ Principle To Research: Psychoanalytically Informed Methods. **Journal of Social Work Practice**, UK, v. 23, n. 4, p. 461–474, 2009.

HOLLWAY, Wendy; JEFFERSON, Tony. Free Association, Narrative Analysis and the Defended Subject: The Case of Ivy. **Narrative Inquiry**, Amsterdam, v. 11, n. 1, p. 103–122, 2001.

HOLLWAY, Wendy; JEFFERSON, Tony. The free association narrative interview method. *In*: GIVEN, Lisa M. (org.). **The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods**, Sevenoaks/CA: Sage, 2008, p. 296–315.

HUMPHREY, Jaime. **An Exploration of the Impact of Minority Stress on Gender Non-Binary College Students and Their Academic Confidence**. 2018. 64 f. Honors Thesis - Mount Holyoke College, South Hadley/MA, 2018. Disponível em: <https://ida.mtholyoke.edu/items/65e136c0-8fa7-4518-944a-ce6c4611e491>. Acesso em 31 maio 2024.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe “universidade” em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans***. 2021. 311 f. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166020>. Acesso em: 16 maio 2024.

KLEIN, Melanie. Love, Guilt and Reparation (1937). *In*: **Love, Guilt And Reparation And Other Works (1921-1945)**. 1ª ed. New York/NY: Free Press, 1984a. (The Writings of Melanie Klein, v. I). v. 1, p. 306–343.

KLEIN, Melanie. Mourning and its Relation to Manic-Depressive States (1940). *In*: **Love, Guilt And Reparation And Other Works (1921-1945)**. 1ª ed. New York/NY: Free Press, 1984b. (The Writings of Melanie Klein, v. I). v. 1, p. 344–369.

- KLEIN, Melanie. Notes on Some Schizoid Mechanisms (1946). *In: Envy And Gratitude And Other Works (1946-1963)*. 1ª ed. New York/NY: Free Press, 1984c. (The Writings of Melanie Klein, v. III). v. 3, p. 1–24.
- KLEIN, Melanie. On the Theory of Anxiety and Guilt (1948). *In: Envy And Gratitude And Other Works (1946-1963)*. 1ª ed. New York/NY: Free Press, 1984d. (The Writings of Melanie Klein, v. III). v. 3, p. 25–42.
- LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo/SP, p. 70–87, 2020.
- LOPES, Fernanda Machado *et al.* Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora/MG, v. 16, n. 1, p. 1–23, 2022.
- MANIGLIA, Leonora; PORCHAT, Patrícia. Gêneros não binários no Brasil: uma aproximação psicanalítica. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 20, p. 158–172, 2024.
- MARX, Robert A.; MAFFINI, Cara S.; PEÑA, Frank J. Understanding nonbinary college students' experiences on college campuses: An exploratory study of mental health, campus involvement, victimization, and safety. **Journal of Diversity in Higher Education**, US, v. 3, n. 17, p. 330-345, 2022.
- MERLINI, Sara. As formações discursivas da experiência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 66, e226618, 2023.
- MELO, Aline Fernanda de *et al.* Apóia USP: Relato da experiência da construção de um serviço de atenção psicossocial no campus da USP São Carlos. *In: Congresso De Saúde Mental Da UFSCar*, 2021, São Carlos/SP. **Anais do III Congresso de Saúde Mental da UFSCar: artigos completos**. São Carlos/SP: 3, 2021. p. 139–150.
- MIDDLEJ, Mariana de Castro; GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. Identidades não binárias: a escuta psicanalítica como meio para a subversão do binarismo. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 20, p. 142–157, 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís/MA, v. 10, n. 4, p. 11-31, 2018.
- PANTE, Ana Luiza. Pessoas trans no ensino superior: acesso e permanência na fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). *In: Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, 2021, Campina Grande/PB. **Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Campina Grande/PB: Realize Editora, 2021.
- PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids**. 1ª ed. Santos/SP: Annablume Editora, 2022.

PORCHAT, Patricia; SANTOS, Beatriz. Are We Safe Analysts? Cisgender Countertransferential Fantasies in the Treatment of Transgender Patients. **Psychoanalytic Review**, New York/NY, v. 108, n. 4, p. 411, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria mundi: O som do mundo desmoronando**. 1ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2023.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. 1ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2022.

QUEIROZ, Danilo; AUDI, Amanda. Cotas para pessoas trans nas universidades públicas das capitais. **Agência Pública**, São Paulo/SP, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/cotas-trans- apenas-duas-das-universidades-federais-das-capitais-oferecem-vagas/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

RICHARDS, Christina *et al.* Non-binary or genderqueer genders. **International Review of Psychiatry**, London/UK, v. 28, n. 1, p. 95–102, 2016.

SÁ, Anderson Alexandre de Araújo; CAMÊLO, Edwirde Luiz Silva. Depressão, ansiedade, estresse entre pessoas LGBTQIA+ e heterossexuais: um estudo com universitários no sertão paraibano. **HOLOS**, Natal/RN, v. 7, n. 39, 2023.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior**. 2017. 152 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202>. Acesso em: 10 maio 2024.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, Florianópolis/SC, v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020.

SILVA, Giannini Ferreira de Freitas. **A população transgênero no ambiente universitário: desafios**. 2018. 47 f. Monografia - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró/RN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/4575>. Acesso em: 10 maio 2024.

SILVA, Emanuela Pap da. **Determinação social da saúde e sofrimento psíquico na universidade: uma pesquisa com estudantes do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) do campus da USP de São Carlos**. 2021. 161 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14389>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, Charlie Bellow de Oliveira Pimentel. **Permanência de pessoas não binárias e transexuais no ensino superior: um debate sobre as políticas públicas**. 2023. 119 f. Dissertação - Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/13262>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Keo; FERNANDEZ VAZ, Alexandre. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Políticas Educativas – PoEd**, Porto Alegre/RS, v. 13, n. 2, 2020.

SOUSA, Raiane Silva. **Itinerários terapêuticos de estudantes universitários em situação de sofrimento psíquico**. 2021. 54 f. Monografia - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14488>. Acesso em: 8 maio 2024.

WINNICOTT, Donald Woods. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self (1960). *In: O Ambiente E Os Processos De Maturação*. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1983. p. 129-138.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em julho de 2024.